

“Desafios e Estratégias Inclusivas para Profissionais da Educação”

25 e 26 de setembro de 2025
Anfiteatro do CESA

Universidade Estadual de Londrina (UEL)
Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD)
Núcleo de Acessibilidade da UEL (NAC)

Anais do VI Seminário Sobre Inclusão no Ensino Superior (2025)

RESUMOS DOS TRABALHOS APRESENTADOS

Rodovia Celso Garcia Cid | Pr 445 Km 380 | Campus Universitário
Cx. Postal 10.011 | CEP 86.057-970 | Londrina – PR

“Desafios e Estratégias Inclusivas para Profissionais da Educação”

25 e 26 de setembro de 2025
Anfiteatro do CESA

APOIO

NAC
núcleo de acessibilidade da uel

PROGRAD
Pró-Reitoria de Graduação

proex
Pró-Reitoria de Extensão,
Cultura e Sociedade

 **UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA**


ARAUCARIA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA O PARANÁ

PARANÁ 
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

“Desafios e Estratégias Inclusivas para Profissionais da Educação”

25 e 26 de setembro de 2025
Anfiteatro do CESA

Apresentação

A Universidade Estadual de Londrina (UEL), por meio do Núcleo de Acessibilidade da UEL (NAC), vinculado à Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), apresenta os Anais do VI SIES – Seminário sobre Inclusão no Ensino Superior, realizado nos dias 25 e 26 de setembro de 2025, no Anfiteatro do Centro de Estudos Sociais Aplicados (CESA/UEL), em Londrina – PR.

Com o tema “Desafios e Estratégias Inclusivas para Profissionais da Educação”, o VI SIES constituiu-se como um espaço de diálogo, reflexão e socialização de experiências acerca das políticas e práticas de inclusão no ensino superior. O evento reuniu gestores, docentes, estudantes e pesquisadores comprometidos com a construção de uma universidade cada vez mais acessível, democrática e equitativa, promovendo debates qualificados sobre os desafios contemporâneos enfrentados pelos profissionais da educação e as estratégias institucionais e pedagógicas voltadas à inclusão e à acessibilidade.

Os trabalhos reunidos nestes anais refletem a pluralidade de perspectivas, experiências e abordagens teórico-práticas que permeiam o campo da inclusão no ensino superior, evidenciando o compromisso coletivo com a promoção do acesso, da permanência e da participação plena de todas as pessoas no ambiente universitário.

A Comissão Organizadora agradece a todos e todas que contribuíram para a realização do VI SIES — palestrantes, autores(as), avaliadores(as), participantes e equipes de apoio — cujo empenho tornou possível este importante momento de fortalecimento das ações interinstitucionais voltadas à inclusão e à acessibilidade no contexto acadêmico.

Que os textos aqui apresentados possam servir como fonte de consulta, reflexão e inspiração para novas práticas, pesquisas e políticas educacionais, reafirmando o papel da universidade pública na promoção da equidade, da diversidade e dos direitos humanos.

Marli Guimarães da Silva
Comissão Organizadora
VI SIES – Seminário sobre Inclusão no Ensino Superior
Universidade Estadual de Londrina – UEL



SIES: construção de saberes sobre acessibilidade e inclusão de estudantes com deficiência e altas habilidades/ superdotação no ensino superior.

Ingrid Caroline de Oliveira Ausec¹

RESUMO

O Seminário de Inclusão no Ensino Superior (SIES) constitui-se em um espaço de diálogo, formação e produção de saberes sobre acessibilidade e práticas inclusivas voltadas para estudantes com deficiência e/ ou altas habilidades/superdotação no ensino superior. Sua primeira edição ocorreu em 2008, impulsionada pela equipe que atuava no suporte a estudantes com deficiência na Universidade Estadual de Londrina (UEL), em meio às discussões sobre a inserção da disciplina de Libras nas licenciaturas e à necessidade de regulamentação do cargo de intérprete de Libras nas universidades públicas do Paraná. Em um contexto em que os estudos sobre a inclusão de pessoas com deficiência na universidade ainda eram incipientes, o SIES buscou promover debates, divulgação de pesquisas e articulação entre instituições de ensino superior, especialmente as públicas do Paraná, contribuindo, inclusive, para a criação do Fórum de Educação Especial das IEES do estado em sua quarta edição. Outras universidades estaduais, federais e privadas também marcaram presença ao longo dos anos, ampliando a rede de cooperação e troca de experiências. Após um período de interrupção, a realização da sexta edição marca a retomada de um processo de construção coletiva e reafirma o compromisso da UEL com políticas institucionais de acessibilidade. O evento, viabilizado pelo empenho da equipe do Núcleo de Acessibilidade (NAC), pelo apoio da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) e pela liderança da Reitoria, celebra a continuidade de uma trajetória dedicada à consolidação da educação inclusiva e à construção de espaços acadêmicos mais equitativos e acolhedores.

¹ Psicóloga - Psicóloga e coordenadora do Núcleo de Acessibilidade da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Atua na organização de serviços de inclusão e acessibilidade no ensino superior, com foco em apoio educacional a estudantes público-alvo da educação especial. Email: nac@uel.br



Palavras-chave: inclusão; acessibilidade; ensino superior; educação especial.



Acessibilidade no Ensino Superior: Experiências e Desafios do NAC/UEL.

Ingrid Caroline de Oliveira Ausec¹

Renan Guilherme Pimentel²

RESUMO

O presente trabalho apresenta a trajetória, as práticas e os desafios do Núcleo de Acessibilidade da Universidade Estadual de Londrina (NAC/UEL), instância responsável pela promoção da inclusão e da permanência de estudantes com deficiência no Ensino Superior. Suas atividades se estruturam em três eixos principais: atendimento individual e em grupo aos estudantes público-alvo da educação especial; capacitação e sensibilização da comunidade universitária; e gestão de políticas institucionais de acessibilidade. O núcleo também colabora em bancas de homologação de matrículas e atua em parceria com a Comissão de Apoio para Acompanhamento de Estudantes com Deficiência (CAAED), instituída em 2023 para fortalecer a articulação entre os centros de estudo e as pró-reitorias. Apesar dos avanços, persistem desafios significativos, como as limitações de infraestrutura física e tecnológica, a formação continuada de docentes e técnicos, e o crescimento das demandas por acessibilidade em ritmo superior aos recursos disponíveis. A mudança cultural e o fortalecimento da autonomia dos estudantes também figuram entre os principais pontos de atenção. A experiência do NAC/UEL evidencia que a acessibilidade no Ensino Superior deve ser compreendida como compromisso institucional e política de Estado. Requer planejamento estratégico, investimento contínuo e protagonismo estudantil, de modo a transformar a diversidade em elemento estruturante da vida acadêmica e consolidar uma universidade verdadeiramente inclusiva.

¹ Psicóloga - Psicóloga e coordenadora do Núcleo de Acessibilidade da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Atua na gestão de serviços de inclusão e acessibilidade no ensino superior, com foco em apoio educacional a estudantes público-alvo da educação especial. Email: nac@uel.br

² Intérprete de Língua Brasileira de Sinais e professor de Libras da Universidade Estadual de Londrina (UEL) onde também atua como vice-coordenador do NAC e presidente da CAAED. Email: nac@uel.br



Palavras-chave: acessibilidade; inclusão; ensino superior; deficiência; políticas institucionais.

Referências

BRASIL. Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025. Institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, ano 163, n. 201, p. 4, 8 jan. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, ano 152, n. 127, p. 2, 2015.

PARANÁ. Lei nº 20.443 de 17 de dezembro de 2020. Dispõe sobre o ingresso de pessoas portadoras de deficiência nas instituições estaduais de educação superior e instituições estaduais de ensino técnico. **Diário Oficial do Estado do Paraná:** Curitiba, ano 107, n. 10835, p. 15, 18 dez. 2020.

UEL - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA. **Portaria nº 3258, de 11 de novembro de 2024.** Constitui Comissão de Apoio para Acompanhamento de Estudantes com Deficiência – CAAED/UEL. Londrina: UEL, 2024.



AUTISMO E INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR: DESAFIOS E DIREÇÕES POSSÍVEIS.

Maria Clara de Freitas¹

RESUMO

Embora o diagnóstico do Transtorno do Espectro Autista (TEA) seja mais frequente na infância, o autismo acompanha o indivíduo ao longo de toda a vida. Proporcionalmente, há muito mais informação científica e intervenções clínicas e educacionais disponíveis para crianças, de forma que, ao atingir a vida adulta e o Ensino Superior (ES), os desafios sociais e acadêmicos aumentam exponencialmente, sem que sejam acompanhados por um aumento proporcional de apoio. Ainda, a pressão social para mascarar alguns comportamentos em adultos autistas pode ter impactos significativos na saúde mental, sendo muito comum o diagnóstico de transtornos de ansiedade e depressão nesta população. Por um lado, o cenário da inclusão de autistas no Ensino Superior (ES) tem demonstrado um crescimento notável, com um aumento de 110 vezes no número de matrículas em 13 anos, no Brasil (de 137 em 2011 a 15.941, em 2024). Na Universidade Estadual de Londrina (UEL), os dados dos últimos 5 anos indicam um aumento também significativo, com ênfase na aumentada proporção de autistas entre as pessoas público-alvo da educação especial cadastradas na UEL: em 2020, os autistas eram 9%, hoje atingem 57%. Por outro lado, a inclusão do autista adulto no ES é permeada por desafios multifacetados, abrangendo aspectos sociais (isolamento, dificuldades em trabalhos em grupo e relacionamentos, preconceito), acadêmicos (organização, autonomia, sobrecarga sensorial, alta demanda de trabalho), pessoais (saúde mental, solidão, esgotamento), institucionais (pouca formação docente em inclusão, barreiras burocráticas, ausência de apoio profissional) e atitudinais (capacitismo, bullying e recusa ou morosidade para contribuir com a inclusão).

¹ Departamento de Psicologia Geral e Análise do Comportamento; Núcleo de Acessibilidade; Universidade Estadual de Londrina.



Em contrapartida, metodologias flexíveis, o acolhimento da turma e a existência de serviços especializados, como Núcleos de Acessibilidade (NACs), são facilitadores cruciais para a permanência e o sucesso acadêmico. Em resposta a esses desafios, algumas iniciativas têm se mostrado eficazes, como é o caso do grupo de apoio InclusivaMente, fruto de uma parceria entre o NAC-UEL e o Departamento de Psicologia Geral e Análise do Comportamento. O InclusivaMente é um grupo que procura promover a inclusão efetiva, o desempenho acadêmico e o repertório social de universitários autistas, por meio da discussão coletiva de temas como habilidades sociais, sexualidade, regulação emocional e comportamento assertivo, em encontros quinzenais mediados por estudantes do curso de Psicologia. Os resultados dos primeiros três anos do InclusivaMente indicam melhor compreensão do autismo, maior conexão entre pares e aumento da autoconfiança, reforçando a necessidade de continuidade e melhoria contínua da iniciativa, bem como sua disseminação. Acreditamos que inclusão dos autistas no ES é possível e não é um favor ou concessão: é uma oportunidade para que a universidade cresça em diversidade e conhecimento.

Palavras-chave: autismo, ensino superior, inclusão.



TUTORIA NO ENSINO SUPERIOR: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Karen Ribeiro ¹

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo apresentar o relato de experiência como professora orientadora de duas tutoras de duas acadêmicas com deficiência visual, do curso presencial de Pedagogia da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), realizado no período de 2022 a 2023, apresentado na mesa redonda “Acessibilidade no Ensino Superior: boas práticas e desafios” do VI Seminário sobre Inclusão no Ensino Superior organizado pelo Núcleo de Acessibilidade da Universidade Estadual de Londrina (NAC, UEL) em setembro de 2025. A tutoria integra o Programa de Tutoria Discente (Protudi) oferecido pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE), voltado para acadêmicas(os) indígenas, público da educação especial e com transtornos de aprendizagem, e do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação do Governo Federal PEC-G (UEPG, 2021). Para esta exposição foi considerada a publicação decorrente do trabalho em tela, Czyrik, *et al.* (2025), e a experiência anterior da autora na supervisão de monitoria como integrante da equipe do NAC (Ribeiro; Ausec; Kawagoe, 2022; Ribeiro; Freita, Ausec, 2022). Os principais resultados apontam que o trabalho contribuiu para a formação inicial de tutorandas e tutoras e possibilitou o aprimoramento profissional da professora orientadora. As tutorandas apresentaram conquista crescente de autonomia na realização de tarefas acadêmicas. Para as tutoras, além dos benefícios decorrentes da bolsa auxílio, houve ampliação do conhecimento sobre recursos de acessibilidade no ensino superior e o estreitamento de vínculo com as tutorandas. Em relação à professora, constatou-se aprofundamento de estudo sobre acessibilidade de textos e imagens e adequação na comunicação com docentes sobre atendimento às especificidades das estudantes. Conclui-se que apoios

¹ Professora do Departamento de Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa e do Programa de Mestrado Profissional em Educação Inclusiva em Rede Nacional, karenribeiro@uepg.br.



institucionais semelhantes podem favorecer a permanência e a conclusão de curso de graduação de acadêmicas com deficiência no ensino superior.

Palavras-chave: tutoria; ensino superior; deficiência visual.

REFERÊNCIAS

CZYRIK, Bruna; FARIA, Fernanda Aparecida Gonçalves da Silva; PAIVA, Jéssica Carolina dos Santos; LIMA, Tamiris Aparecida Sinhuri de; RIBEIRO, Karen. Orientação de tutoria na educação superior: experiência com acadêmicas com deficiência visual. **Teias do Conhecimento**, Ponta Grossa, v. 5, 2025. Disponível em:

<https://revistas.uepg.br/index.php/teias/article/view/23768/209209219813>.

Acesso em: 10 set. 2025.

RIBEIRO, K.; AUSEC, I. C. O.; KAWAGOE, L. Monitoria em Educação Especial como suporte aos estudantes com deficiência. *In*: LIMA, A. M. de S.; CAMPOS, M. de C.; AMARAL, W. R. do (org.). **Democratização da educação superior: ações afirmativas na Universidade Estadual de Londrina**. Londrina: EDUEL, 2024. p. 189-201.

RIBEIRO, K., FREIRAS, M. C. de; AUSEC, I. C. de O. Monitoria em Educação Especial como uma possibilidade de atendimento educacional especializado no ensino superior. **Educere et Educere**, Cascavel, v. 17, p. 476-498, 2022.

Disponível em: [https://e-](https://e-revista.unioeste.br/index.php/educereeteducere/article/view/29533/21128)

[revista.unioeste.br/index.php/educereeteducere/article/view/29533/21128](https://e-revista.unioeste.br/index.php/educereeteducere/article/view/29533/21128) .

Acesso em: 9 fev. 2025.

UEPG - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA. **Resolução CEPE nº 2021.28**. Aprova novo Regulamento do Programa de Tutoria Discente, da UEPG. Ponta Grossa, 2021. Disponível em: <https://www2.uepg.br/segecon/wp-content/uploads/sites/245/2022/05/Resol-CEPE-2021-28-Novo-Regulamento-do-Programa-de-Tutoria-Discente.pdf> . Acesso em: 20 fev. 2025.



TECNOLOGIA ASSISTIVA PARA O ENSINO SUPERIOR- EXPERIÊNCIAS NA UEL

Eloiza Cristiane Torres¹

RESUMO

O presente trabalho visa apresentar síntese do que foi apresentado durante a mesa redonda: TECNOLOGIA ASSISTIVA PARA O ENSINO SUPERIOR- EXPERIÊNCIAS NA UEL. Tem-se que a partir da declaração de Salamanca em 1994 várias diretrizes e atribuições surgiram para que o professor desenvolvesse em sala de aula. Muito já foi realizado nestes 30 anos e muito ainda se tem por fazer, principalmente na área de Geografia. Pensando na formação inicial de professores, alguns projetos de pesquisa e extensão foram surgindo com o intuito de realizar as discussões necessárias. Foram apresentadas algumas ações que vem sendo desenvolvidas nos últimos anos e que visam reforçar a sensibilização com relação as necessidades educacionais especiais, principalmente em se tratando de um curso de licenciatura. Assim, o projeto de pesquisa EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM SÉRIES INICIAIS: UMA APROXIMAÇÃO COM A GEOGRAFIA DA INFÂNCIA apresenta discussão teórica sobre a temática, mostrando que é possível sim adaptar materiais já conhecidos na área para que os mesmos estejam inseridos em um desenho universal de aprendizagem. Atrelado a este projeto, a página de Instagram Geodicas da Elô (@geodicasdaelo) auxiliar na divulgação de materiais didáticos que vem sendo desenvolvidos ao longo dos anos. Já o projeto de extensão “O que tem no Baú da Vovó Fofuxa? Educação Ambiental e Geografia da Infância de mãos dadas por uma infância mais significativa” pretende sensibilizar por meio da arte, tendo também como desmembramentos do projeto foi o sub-projeto bonecas inclusivas visto a importância de os temas ambientais e geográficos serem aprendidos com uma linguagem lúdica, acessível e inclusiva

¹ Professora do Departamento de Geografia e Programa de Pós Graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Estadual de Londrina (UEL), Doutora em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP - Presidente Prudente), elotorres@uel.br.



e a necessidade de formar professores de Geografia sensibilizados sobre as múltiplas linguagens e a educação inclusiva. Deste modo, mesmo que de passo em passo vamos construindo um mundo mais representativo, acolhedor e sensível.

Palavras-chave: educação inclusiva; geografia; materiais didáticos.

HISTOLOGIA NA PONTA DOS DEDOS: UMA EXPERIÊNCIA DE INCLUSÃO E APRENDIZADO TÁTIL.

Julio de Mello Neto¹

RESUMO

A inclusão de estudantes com deficiência visual em disciplinas de natureza predominantemente visual representa um desafio relevante no ensino superior, especialmente em áreas como a Histologia. Em 2024, a experiência de acolhimento de um aluno com deficiência visual total em uma disciplina de Histologia motivou a criação do projeto de extensão universitária “Histologia na Ponta dos Dedos”, voltado ao desenvolvimento de modelos histológicos táteis acessíveis. O projeto tem como objetivo a produção de maquetes táteis de estruturas histológicas, confeccionadas por estudantes de graduação que cursam a disciplina de Histologia, embora esteja aberto à participação voluntária de discentes de diferentes áreas do conhecimento. A iniciativa conta com a supervisão docente e com a colaboração direta do estudante com deficiência visual que inspirou o projeto, atuando ativamente na avaliação e no aprimoramento dos modelos. A metodologia empregada baseia-se na seleção criteriosa de materiais, na confecção artesanal das maquetes e na validação contínua por meio da exploração tátil, considerando aspectos como textura, forma e proporção. O processo de desenvolvimento das maquetes configura-se como um espaço de aprendizado contínuo, promovendo reflexões sobre acessibilidade, percepção sensorial e empatia. A validação dos modelos envolve não apenas o estudante com deficiência visual, mas também outros participantes com e sem deficiência, ampliando as perspectivas de análise e aperfeiçoamento. Destaca-se, ainda, a realização de workshops anuais, nos quais as maquetes são apresentadas em uma experiência sensorial imersiva, com redução intencional de estímulos visuais, favorecendo a compreensão de diferentes formas de interação com o conhecimento histológico. Embora o acervo de maquetes ainda esteja em fase de consolidação, os resultados preliminares

¹ Professor do Departamento de Histologia - CCB-UEL



indicam relevante potencial pedagógico e social. Conclui-se que a produção de materiais didáticos táteis contribui para a democratização do ensino, para a formação humanizada dos estudantes envolvidos e para o fortalecimento de práticas educacionais inclusivas no contexto universitário.

Palavras-chave: inclusão educacional; deficiência visual; histologia; modelos táteis; extensão universitária.

O ACESSO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO MESTRADO EM DIREITO NEGOCIAL DA UEL.

Márcio Fernando Rodrigues¹

RESUMO

O presente trabalho consiste em um relato de experiência acerca da trajetória acadêmica de um aluno regular do Programa de Mestrado em Direito Negocial da Universidade Estadual de Londrina (UEL), desde o interesse inicial pelo curso até a conclusão da dissertação. Utiliza-se o método dedutivo para descrever os principais marcos que contribuíram para o ingresso e a permanência no programa. O interesse pelo mestrado teve início em 2017, quando foram buscadas informações sobre o processo seletivo, incluindo orientações quanto à estruturação do currículo Lattes, etapa que envolveu desafios relacionados à acessibilidade da plataforma. No mesmo ano, ocorreu a primeira participação no processo seletivo, sem aprovação, em razão da insuficiência de atividades acadêmicas recentes. A partir desse resultado, intensificou-se o envolvimento em eventos científicos, com destaque para a participação no XIX Simpósio Nacional de Iniciação Científica da UNIFIL, em 2018. Em 2019, o autor teve contato com o projeto de pesquisa “Direito e Liberdade”, e, em 2020, passou a integrar grupo de pesquisa voltado às temáticas das diretivas antecipadas de vontade e da morte digna, que posteriormente fundamentaram o recorte temático da pesquisa de mestrado. Em 2022, foi elaborado o pré-projeto de dissertação, a partir da análise do edital e da revisão bibliográfica pertinente, culminando na aprovação no processo seletivo realizado em 2023. Durante o curso, foram desenvolvidas atividades acadêmicas como disciplinas, seminários e pesquisas, resultando na defesa da dissertação. Conclui-se que a experiência no mestrado proporcionou relevante amadurecimento acadêmico e intelectual, contribuindo

¹ Mestre em Direito Negocial pela UEL (2025); Pós-graduado em Direito Aplicado pela EMAP (2008) e em Direito Processual Civil pelo IDCC (2009).



para a consolidação da formação como mestre em Direito Negocial, bem como para o fortalecimento da trajetória científica do autor.

Palavras-chave: relato de experiência; pós-graduação stricto sensu; direito negocial; trajetória acadêmica; formação científica.

A INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: O CASO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA

Kathlen Silva de Oliveira¹
Rodrigo Rosa da Silva²

RESUMO

A inclusão das Pessoas com Deficiência (PCDs) na educação vem sendo discutida desde o século XX, tem como marco a primeira legislação brasileira sobre o tema em 1958. Esse trabalho visa discutir as dificuldades na inclusão das Pessoas com Deficiência tendo como foco o Ensino Superior. Utiliza-se a análise bibliográfica e a análise de dados disponibilizados pelo Núcleo de Acessibilidade (NAC) da Universidade Estadual de Londrina (UEL). A escolha dessa instituição parte das vivências da autora durante seu período de graduação. A análise aponta que o acesso à informação sobre os direitos de acesso é indispensável em todos níveis da educação, porém no ensino superior notamos uma maior necessidade de se trabalhar na divulgação e compreensão desse direito, já que não há uma busca ativa pelos estudantes com deficiência. Um avanço notório na inclusão das PCDs foi a implementação da reserva de cotas para Pessoas com Deficiência no processo seletivo Vestibular 2022, seguindo a Lei Estadual 20.443/2020 que institui o mínimo de 5% das vagas para esse público. O NAC vem atuando na garantia de inclusão e permanência dos estudantes na Universidade, visando a eliminação de barreiras, físicas, arquitetônicas, metodológicas e atitudinais através de projetos que visam conscientizar alunos e professores sobre equidade, direitos e acessibilidade. Além disso, disponibiliza apoio e materiais para auxiliar os discentes e docentes. Conclui-se que, apesar de alguns avanços, ainda existem muitos desafios para a plena inclusão das Pessoas com Deficiência no ensino superior na UEL e no sistema educacional brasileiro.

Palavras-chave: educação inclusiva; ensino superior; políticas educacionais.

¹ Graduada em Pedagogia (UEL), kathlens905@gmail.com.

² Professor do departamento de Pedagogia (UEL), Doutor em Educação, rodrigo.rosa@uel.br.

REFERÊNCIAS

AMARAL, L. A. **Conhecendo a Deficiência: em companhia de Hércules**. São Paulo: Robe Editorial, 1995.

BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Brasília, DF: Presidência da República, 26 ago. 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 9 fev. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 152, n. 127, p. 2, 2015.

BUENO, J. G. S. Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores: generalistas ou especialistas?. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v.3, n.5, p. 7-25, set. 1999.

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Doc. A/61/611, Nova Iorque: ONU, 13 dez. 2006.

**A PIMENTA DA MARIA HELENA: A HISTÓRIA DE UMA PIONEIRA DE
ROLÂNDIA EM FORMATO DE LIVRO INFANTIL INCLUSIVO PARA A
GEOGRAFIA DA INFÂNCIA.**

Eloiza Cristiane Torres¹
Rafaela Vieira Naiwerth²

RESUMO

O presente trabalho visa apresentar como a história oral é um instrumento importante para entendimento da Educação Ambiental com enfoque na categoria lugar no ensino de Geografia para a Geografia da infância. Para tanto foi desenvolvido referencial -estado da arte teórico relacionado ao tema e, na sequência, colocou-se em prática como seria possível desenvolver atividade relacionada a história oral levando em conta as pioneiras do município de Rolândia e, na sequência, tornar os relatos mais lúdicos, divertidos e inclusivo por meio de literatura. Deste modo, foi realizada entrevista com pioneira de Rolândia, na sequência o relato foi transformado em história literária, agregada ilustração correspondente à narrativa e a escrita em braile foi adicionada. Para que o livro ficasse mais inclusivo ainda, foi inserido um QR code com a história lida. Deste modo, incentivar as crianças a conhecer o espaço pelo olhar dos mais velhos pode ser uma ferramenta importante no processo de ensino-aprendizagem sobre os municípios. Atrelado a outras ferramentas um pouco mais lúdicas, entre elas a literatura e os desenhos, podem por sua vez despertar o interesse sobre o passado e as mudanças que ocorreram no município.

Palavras-chave: literatura infantil inclusiva; braile; geografia da infância; tecnologias digitais.

REFERÊNCIAS

¹ Professora do Departamento de Geografia e Programa de Pós Graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Estadual de Londrina (UEL), Doutora em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP - Presidente Prudente), elotorres@uel.br.

² Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Estadual de Londrina (UEL), Graduada em Geografia (Licenciatura) pela Universidade Estadual de Londrina, rafaela.naiwerth@uel.br.



PAULA, L. A. C. A História Oral como Recurso Metodológico: Registro da Trajetória Feminina no Pensamento Geográfico. *In*: CLAUDINO, Guilherme dos Santos; PAULA, Larissa Araújo Coutinho de; MARES, Rizia Mendes (org.). **As Geógrafas na História do Pensamento Geográfico: Uma breve introdução**. Rio de Janeiro: Consequência, 2024. p. 29-34.

“Desafios e Estratégias Inclusivas para Profissionais da Educação”

25 e 26 de setembro de 2025
Anfiteatro do CESA

AS DIFICULDADES DA DOCÊNCIA UNIVERSITÁRIA ANTE AS DEMANDAS INCLUSIVAS.

Anita Coelho ¹

RESUMO

O resumo tem como tema Desafios e Estratégias Inclusivas para Profissionais da Educação, avaliando a atuação docente no meio acadêmico no contexto de políticas de inclusão para alunos portadores de deficiência ou necessidades específicas. Com essa pesquisa, procura-se compreender como as políticas nacionais de inclusão são dispostas no ensino superior e como o profissional da educação se enquadra dentro delas, considerando sua formação para esse cenário. Diante disso, desenvolve-se o seguinte problema de pesquisa: quais as principais dificuldades encontradas pelos docentes das universidades brasileiras, frente às políticas de inclusão no ensino superior e quais medidas podem ser tomadas para reduzi-las, com base na legislação nacional? A metodologia aplicada é análise documental e revisão bibliográfica, tendo como norte as políticas públicas e legislação brasileiras, nas vertentes educacionais e de inclusão. Tem-se por objetivos específicos: avaliar as políticas existentes para educação inclusiva no ordenamento jurídico brasileiro e como são exercidas no ensino superior; quais os maiores obstáculos enfrentados pelos docentes universitários em meio às necessidades de inclusão; discutir como esses obstáculos podem ser enfrentados, visando um melhor ambiente de trabalho para os docentes e de aprendizado para os discentes. Pela análise desenvolvida, observa-se que as políticas institucionais para inclusão na educação são aplicadas de maneira insuficiente, sem a devida adequabilidade estrutural e atitudinal, especialmente no ensino superior, onde os professores não recebem formação e instrução adequadas ao ensino de alunos com

¹ Graduanda em Direito na Universidade Estadual de Londrina. Extensionista pelo Projeto de Extensão em Direito Internacional dos Direitos Humanos e Mecanismos de Resolução de Conflitos (“SimulaUEL”), pelo Projeto de Extensão Liga de Gestão de Pessoas e pelo Projeto de Extensão Laboratório de Legal Design (“Lab de Legal Design”). anita.coelho07@uel.br.



necessidades inclusivas específicas, e quanto há tentativas de executar tais medidas veem-se com carga exacerbada de trabalho, comprometendo seu desempenho pedagógico e a aprendizagem dos discentes. Conclui-se que o corpo docente enfrenta desafios consideráveis na adaptação de suas funções às práticas inclusivas no ensino superior. Sendo essencial que o poder público estude a adequação de suas normas dentro do espaço acadêmico, fornecendo estrutura e condições de formação apropriadas para os educadores.

Palavras-chave: profissionais da educação; inclusão educacional; ensino superior.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Dulce Barros de; REZENDE, Aparecida Maira de Mendonça; SILVA Elsiene Coelho da; CARVALHO, Nilda Maria de; SOBRAL, Osvaldo José; SILVA, Rejane Cleide Medeiros. Política educacional e formação docente na perspectiva da inclusão. **Educação**, Santa Maria, v. 32, n. 2, p. 327- 342, 2007.

ANTUNES, Katiuscia C. Vargas; AMORIM, Cassiano Caon. Os desafios da docência no ensino superior frente a inclusão de pessoas com deficiência nas universidades. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 15, n. esp2, p. 1465-1481, 2020.

ARAÚJO, Monica Dias. Inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior: contradições entre políticas e práticas. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v.7, n. 6, p. 54741-54749, jun. 2021.

BRASIL, Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 151, n. 120, 2014.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 152, n. 127, p. 2, 2015.

FURLAN, Elaine Gomes Matheus; FARIA, Paulo César de; LOZANO, Daniele; BAZON, Fernanda Vilhena Mafra; GOMES, Claudia. Inclusão na educação superior: formação e experiência docente. **Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas, v. 25, n. 2, p. 416-438, maio 2020.

HOLANDA, Rose Anne. A inclusão da pessoa com deficiência no ensino superior: desafios e possibilidades da prática docente. **Revista Transmutare**, Curitiba, v. 8, p. 1-15, 2023.



NASCIMENTO, Ilma Vieira do; CARVALHO, Mariza Borges Wall Barbosa de. A formação de professores no contexto de uma política de inclusão. **Revista Cocar**, n. 2, p. 98-114, fev. 2017.

PLETSCH, Márcia Denise.. A formação de professores para a educação inclusiva: legislação, diretrizes políticas e resultados de pesquisas. **Educar em Revista**, Paraná, n. 33, p. 143-156, ago. 2009.

**ATUAÇÃO DO LEDOR E TRANSCRITOR NO ENSINO SUPERIOR:
MAPEAMENTO DE DEMANDAS E PERFIL DE ATENDIMENTO.**

Geovana Soares Milléo¹
Pamella Gabrielle Gransoti de Souza²
Stefany Paula Oliveira da Costa³

RESUMO

A Lei N.º 20.443/2020 determina reserva de 5% das vagas em processos seletivos das instituições estaduais de ensino superior para pessoas com deficiência. Em consonância, a Universidade Estadual de Londrina instituiu a Resolução CEPE N.º 044/2020, regulamentando essa ação afirmativa. Desde então, segundo censos realizados pelo Núcleo de Acessibilidade (NAC), houve um crescimento expressivo no ingresso de estudantes com deficiência, o que exigiu redesenho das práticas pedagógicas, especialmente nas avaliações. Nesse contexto, consolidou-se no NAC a atuação do leitor e do transcritor, responsáveis, respectivamente, pela leitura de materiais e pela transcrição das respostas ou produções de estudantes que solicitam essa ação. Assim, esta pesquisa objetiva apresentar a ação do leitor/transcritor e mapear a frequência com que esse serviço foi solicitado desde 2022. Para isso, adotou-se uma abordagem quantitativa-descritiva, com levantamento documental dos formulários preenchidos por docentes nos anos letivos 2022, 2023, 2024 e 2025, permitindo caracterizar o perfil das demandas atendidas. Em 2022 houve 10 solicitações, todas para estudantes cegos. Em 2023, 18 solicitações: 16 para estudantes cegos e 2 para estudantes com baixa visão (BV). Em 2024, 59 solicitações: 35 para estudantes cegos, 23 - BV e 1 - deficiência física (DF). Até o início do segundo semestre de 2025, registraram-se 22 solicitações: 12 para BV, 8 para cegueira, 1 para DF e 1 contemplando dois candidatos de pós-graduação, um cego e outro com DF. Os dados indicam maior procura do serviço por docentes de estudantes com deficiência visual e estabilidade no grupo atendido. Não é possível afirmar se estudantes com outros tipos de deficiência

¹ Graduanda em Pedagogia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL) - geovana.soares717@uel.br.

² Graduanda em Psicologia pelo Centro Universitário Filadélfia (UniFil) - pamellaggsouza@gmail.com.

³ Graduanda em Pedagogia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL) - stefany.paula.oliveira@uel.br.



estão sendo atendidos por outros meios ou se desconhecem o serviço, apesar da divulgação institucional. Os resultados reforçam a importância de ampliar estratégias de informação e acompanhamento, fortalecendo o compromisso da universidade com a acessibilidade em todas as etapas acadêmicas.

Palavras-chave: ensino superior; ledor; transcritor; acessibilidade.

REFERÊNCIAS:

NAC - NÚCLEO DE ACESSIBILIDADE DA UEL. **Censo de estudantes atendidos pela equipe do NAC no ano letivo de 2024**. Londrina: UEL, 2023a. Disponível em: <https://www.uel.br/nac/pages/populacao-atendida-e-requerimento-de-acompanhamento.php>. Acesso em: 21 ago. 2025.

NAC - NÚCLEO DE ACESSIBILIDADE DA UEL. **Censo de estudantes atendidos pela equipe do NAC: dados de 2019 a 2023**. Londrina: UEL, 2023b. Disponível em: https://www.uel.br/nac/pages/arquivos/DOCS/DIVERSOS/Censo_ANOS_ANTE_RIORES.docx.pdf. Acesso em: 21 ago. 2025.

GUERRA, Gleidis Roberta; MOLINA, Selma Marquette; PEDRO, Luciane; RIBEIRO, Rafael Ferreira. Avaliação pela perspectiva inclusiva no Ensino Superior: contribuições do Núcleo de Acessibilidade neste processo. *In*: AQUINO, Letícia de Moraes (org.). **Avaliação da, para e como aprendizagem**. São Paulo: Centro Universitário São Camilo, 2025. v. 2, p. 53-66.

PARANÁ. **Lei 20.443 de 17 de Dezembro de 2020**. Dispõe sobre o ingresso de pessoas portadoras de deficiência nas instituições estaduais de educação superior e instituições estaduais de ensino técnico. **Diário Oficial do Paraná**: Curitiba, ano 107, n. 10835, 2020. Disponível em: <https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=243728&indice=1&totalRegistros=1&dt=7.5.2021.9.31.32.36>. Acesso em: 21 ago. 2025.

UEL - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA. **Resolução CEPE N.º 044/2020**. Estabelece a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos processos seletivos para ingresso nos cursos de Graduação da UEL, como cumprimento da Lei nº 20.443/2020. Londrina: UEL, 2021. Disponível em: https://sites.uel.br/prograd/wp-content/uploads/documentos/resolucoes/2021/resolucao_44_21.pdf. Acesso em: 21 ago. 2025.

“Desafios e Estratégias Inclusivas para Profissionais da Educação”

25 e 26 de setembro de 2025
Anfiteatro do CESA

BONECAS “BARBIES” INCLUSIVAS: VOVÓ FOFUXA, SEUS NETOS E REPRESENTATIVIDADE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.

Vitor Colleto dos Santos¹Eloiza Cristiane Torres²Tiago Alves de Oliveira Furioso³Douglas Souza Piaui⁴

RESUMO

Caminhar em direção a uma sociedade inclusiva e com respeito às diferenças deve ser compromisso de todos. É preciso que não apenas as instituições de ensino por meio da formação de professores e a adaptação de ambientes e materiais promovam o acolhimento e a educação inclusiva, mas também que outros setores da sociedade se comprometam por uma sociedade plural e com equidade. A empresa de brinquedos Mattel lançou versões de bonecas Barbie (Coleção Fashionista) com vista a dar representatividade para pessoas com deficiência (PcD). Diante disso, nasce este trabalho que objetiva refletir sobre a importância de existirem versões de bonecas que representem as PcD, bem como criar nossas próprias versões das bonecas para representá-las e realizar pequena exposição. Desta forma, são criadas versões das bonecas Barbie à nossa maneira sobre as PcD contempladas pela coleção oficial e outras que não foram até o momento, além de pessoas com transtorno do espectro autista, altas habilidades e superdotação e entre outras. A abordagem do trabalho é qualitativa, pois são realizadas discussões entre os participantes sobre a importância da proposta e adaptação com materiais acessíveis como *biscuit* para estas “bonecas inclusivas” (Torres; Veiga, 2021). Cabe dizer ainda que a proposta foi motivada a partir de uma aula de 2GEO235 – Didática e

¹ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Estadual de Londrina (UEL), Graduado em Geografia (Licenciatura) pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), vitor.colleto.santos@uel.br.

² Professora do Departamento de Geografia e Programa de Pós Graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Estadual de Londrina (UEL), Doutora em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP - Presidente Prudente), elotorres@uel.br.

³ Graduando do curso de Geografia (Licenciatura na Universidade Estadual de Londrina (UEL), tiago.furioso19@uel.br.

⁴ Graduando do curso de Geografia (Licenciatura) na Universidade Estadual de Londrina (UEL), douglas.souza.piaui@uel.br.



Instrumentação no Ensino de Geografia, no curso de Geografia (licenciatura) da Universidade Estadual de Londrina (UEL), em que os futuros professores refletiam sobre representatividade das PcD em brinquedos. Tal atividade está integrada ao projeto de extensão “O que tem no Baú da Vovó Fofuxa? Educação Ambiental e Geografia da Infância de mãos dadas por uma infância mais significativa”. Espera-se que, por meio da criação de bonecas inclusivas, os estudantes do ensino superior envolvidos sejam sensibilizados sobre acolhimento e representatividade para pessoas com deficiência em diferentes âmbitos da vida em sociedade.

Palavras-chave: pessoa com deficiência; representatividade; educação inclusiva; bonecas Barbie.

REFERÊNCIAS

TORRES, E. C.; VEIGA, L. A. Sensibilizar para incluir: Vovó Fofuxa e suas Bonecas de Pano na Educação Infantil e Ensino Fundamental I. **Contexto & Educação**, Ijuí, ano 36, n. 113, p. 282-300, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/8635>. Acesso em: 6 ago. 2025.

**ENSINO SUPERIOR E NEURODIVERSIDADE: O PROCESSO DE
INCLUSÃO DE ESTUDANTES AUTISTAS NO CONTEXTO DA UNESPAR –
PARANAVAÍ.**Dorcely Isabel Bellanda Garcia¹Selma de Moraes Kunzler²Aline Roberta Tacon Dambros³**RESUMO**

O presente trabalho analisa os desafios da inclusão de estudantes autistas no Ensino Superior (ES), com foco na experiência do campus de Paranavaí da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um transtorno do neurodesenvolvimento caracterizado por dificuldades na comunicação, interação social e pela presença de comportamentos restritos e repetitivos (APA, 2023). A relevância do tema está na necessidade de ampliar o debate sobre a permanência desses estudantes e desconstruir concepções estigmatizadas. A metodologia baseou-se em observações realizadas pelo Núcleo de Educação Especial Inclusiva (NESPI) entre 2022 e 2025, considerando documentos institucionais e registros do atendimento educacional especializado a estudantes com deficiência. Os resultados indicam que, embora políticas inclusivas como a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) e a Lei nº 12.764/12 tenham impulsionado avanços, persistem barreiras significativas no campus. A primeira refere-se ao estigma social, que associa o autismo à incapacidade e sustenta metodologias centradas no desenvolvimento típico, como a valorização de atividades orais e seminários, que exigem habilidades de comunicação social. A segunda está na resistência docente em adaptar práticas pedagógicas, flexibilizar currículos e elaborar planos de ensino individualizados, o que reflete uma visão elitista de academia que, em muitos casos, questiona a

¹ Doutora em Educação. Docente do Mestrado Profissional em Educação Inclusiva-PROFEI. Integrante do Núcleo de Educação Especial Inclusiva-NESPI Paranavaí.

² Mestre em Educação. Docente de LIBRAS. Integrante do Núcleo de Educação Especial Inclusiva-NESPI Paranavaí.

³ Doutora em Educação. Docente do Atendimento Educacional Especializado. Integrante do Núcleo de Educação Especial Inclusiva-NESPI Paranavaí.



presença do estudante autista na universidade e sua inserção no mercado de trabalho. O movimento da neurodiversidade valoriza a variabilidade neurológica como parte do desenvolvimento humano, tornando fundamental que a universidade reconheça as necessidades reais de seus estudantes, estruturando práticas acessíveis e recursos que superem barreiras no processo formativo (Vygotsky, 1997). Conclui-se que promover a neurodiversidade e fortalecer o protagonismo de pessoas com TEA são ações essenciais para desconstruir estigmas e reafirmar o direito do estudante autista à plena participação no Ensino Superior.

Palavras-chave: inclusão; ensino superior; transtorno do espectro autista (tea); neurodiversidade.

REFERÊNCIAS

APA - AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Diagnostic and statistical manual of mental disorders**. 5. ed. Arlington: American Psychiatric Publishing, 2023.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC, 2008.

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a política nacional de proteção dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista; e altera o § 3º do art. 98 da lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 250, p. 2, 27 dez. 2012.

VYGOTSKY, L. S. **Obras escolhidas: Defectologia**. São Paulo: Martins Fontes, 1998. v. 5.

ENTRE DIREITOS E PERMANÊNCIAS: CAMINHOS PARA UMA PSICOLOGIA INCLUSIVA NA UEL

Maria Eduarda Fialho Roza¹
Mariana de Araújo Fregolente²
Patrícia Silva Lucio³

RESUMO

A Lei nº 20.443/2020, promulgada pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, representa um marco significativo para a inclusão de pessoas com deficiência nas instituições estaduais de ensino superior e técnico. Em consonância com essa legislação, a Universidade Estadual de Londrina (UEL) aprovou, em 2021, o sistema de cotas por meio da Resolução CEPE nº 044, de 19 de agosto de 2021, que estabelece a reserva de 5% das vagas nos cursos de graduação para pessoas com deficiência. Diante desse cenário, foi criado o Programa de Acessibilidade no Ensino da Psicologia da UEL (PAEpsi), no intuito de contemplar e promover práticas voltadas à inclusão na graduação de Psicologia. Assim, o presente trabalho visa apresentar as atividades desenvolvidas pelos colaboradores do programa, com a finalidade de evidenciar a contribuição do PAEpsi para o fortalecimento da inclusão social no Ensino Superior. Para tanto, a metodologia adotada é fundamentada em uma abordagem qualitativa, de caráter descritivo, voltada à compreensão e sistematização das experiências vivenciadas ao longo da execução do projeto, no período de 2022 a 2025. Desse modo, foram analisados materiais produzidos pelos integrantes, tais como conteúdos publicados em mídias sociais, apresentações e comunicações em eventos acadêmicos. Por fim, o presente estudo, buscou evidenciar a relevância do trabalho desenvolvido pelo PAEpsi em diferentes frentes de atuação: na promoção da inclusão e da permanência de estudantes com deficiência no curso de Psicologia; no apoio ao corpo docente por meio da oferta de ferramentas que favorecem a adaptação dos processos de ensino-aprendizagem; e no estímulo ao avanço das pesquisas voltadas à acessibilidade e à inclusão no ensino superior.

¹ Universidade Estadual de Londrina, graduanda em psicologia, maria.eduarda.fialho@uel.br.

² Universidade Estadual de Londrina, graduanda em psicologia, mariana.araujo@uel.br.

³ Universidade Estadual de Londrina, Prof. Me. Dra. em psicologia, pslucio@uel.br.



Palavras-chave: inclusão; psicologia; deficiência; cotas; estudantes universitários.

REFERÊNCIAS

PARANÁ. **Lei nº 20.443, de 3 de dezembro de 2020.** Dispõe sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nas instituições estaduais de ensino superior e técnico do Paraná. **Diário Oficial do Estado do Paraná:** Curitiba, 3 dez. 2020. Disponível em: <https://www.legislativo.pr.gov.br>. Acesso em: 14 jul. 2025.

UEL - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA. **Resolução CEPE nº 044, de 19 de agosto de 2021.** Estabelece a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos de graduação da UEL. Londrina, 2021.

INCLUSIVAMENTE: UNIVERSITÁRIOS AUTISTAS EM GRUPO.

Nicolle Teodoro de Souza
Ingrid C. Ausec
Sílvia C. Murari
Maria Clara de Freitas¹

RESUMO:

No contexto acadêmico, os desafios enfrentados por alunos autistas envolvem questões de convivência social, exigências de comunicação e normas implícitas que podem se tornar fonte de desconforto. Diante disso, em 2023, o Núcleo de Acessibilidade da Universidade Estadual de Londrina (NAC-UEL), em parceria com o Departamento de Psicologia Geral e Análise do Comportamento (PGAC-UEL), com o objetivo de ampliar os atendimentos aos universitários autistas da UEL, criou o projeto “Inclusivamente”, um grupo de apoio e desenvolvimento pessoal em relação a habilidades sociais e vida universitária. Conduzido por 5 estagiários do PGAC, sendo 2 discentes do 4º ano e 3 discentes do 5º ano, e uma estagiária em docência, ambos vinculados ao NAC. Os encontros ocorrem quinzenalmente e são baseados em conceitos e definições da Análise do Comportamento, além de fenômenos relacionados à vida social e acadêmica. São realizadas intervenções voltadas para os desafios identificados pelos estudantes, com o uso de materiais da literatura (principalmente PEERS e PROMOVE), dinâmicas e discussões em grupo. Em seu terceiro ano consecutivo, o grupo está em andamento, com a participação de 5 a 7 alunos semanalmente, sendo previstos 12 encontros. Conduzem os encontros cinco estagiários de Psicologia do NAC e/ou do PGAC, de 4º e 5º ano. A definição dos temas abordados foi realizada com base em uma análise inicial dos interesses dos participantes, incluindo tópicos como: autismo: vivências e masking, regulação emocional e autocontrole, comportamentos passivos, agressivos e assertivos, iniciar, manter e encerrar conversas, fazer e responder perguntas, trabalhar em equipe e como falar em público e apresentar seminários, relacionamentos amorosos e sociais e o indivíduo autista dentro do espaço

¹ Vínculo institucional, formação/atuação profissional e e-mail de conta (clarafreitas@uel.br).



acadêmico. Dessa forma, assim como nos anos anteriores, espera-se que o grupo traga resultados positivos para a vivência universitária dos alunos autistas, além de funcionar como um espaço de acolhimento, troca de experiências e como um elo para a construção de novos projetos de apoio à inclusão no ensino superior público.

Palavras-chave: autismo; habilidades sociais; ensino superior

REFERÊNCIAS

LAUGESON, Elizabeth A. **PEERS® for Young Adults**: Social Skills Training for Adults with Autism Spectrum Disorder and Other Social Challenges. New York: Routledge, 2017

BOLSONI-SILVA, Alessandra T.; FOGAÇA, Fabiane Ferraz Silveira; MARTINS, Carla Giovanna Belej; TANAKA, Tatiana Fujisaka. **Promove – universitários**: treinamento de habilidades sociais: guia teórico e prático. São Paulo: Hogrefe, 2020.

“Desafios e Estratégias Inclusivas para Profissionais da Educação”

25 e 26 de setembro de 2025
Anfiteatro do CESA

O BAÚ DA VOVÓ FOFUXA EM *AUDIOBOOKS*: A EDUCAÇÃO INCLUSIVA CONSTRUÍDA COM ESTUDANTES DE GEOGRAFIA DA UEL.

Vitor Colleto dos Santos¹Eloiza Cristiane Torres²Tiago Alves de Oliveira Furioso³Douglas Souza Piaui⁴

RESUMO

Abordar temas voltados para a educação ambiental e geografia através da contação de histórias é a essência da Vovó Fofuxa, inspirando o projeto de extensão da UEL “O que tem no Baú da Vovó Fofuxa? Educação Ambiental e Geografia da Infância de mãos dadas por uma infância mais significativa”. Visto a importância de os temas ambientais e geográficos serem aprendidos com uma linguagem lúdica, acessível e inclusiva e a necessidade de formar professores de Geografia sensibilizados sobre as múltiplas linguagens e a educação inclusiva, propõe-se conhecer as tecnologias digitais que possibilitam a intermediação de leitura de maneira inclusiva. Assim, com uma abordagem qualitativa, foi realizado levantamento de plataformas para a realização de *audiobook*, voltando-se ao público com deficiência visual. Trabalhando em parceria com os estudantes da graduação em Geografia (licenciatura), integrantes do projeto de extensão, foi escolhido o livro “Vovó Fofuxa e seu baú de histórias”, que possui histórias com referências geográficas e com propósito de educação ambiental como “O vulcão e a formiga”. Deste modo, algumas histórias foram transformadas em *audiobook* e disponibilizadas para que se dê acesso ao público com deficiência visual às aventuras de Fofuxa e o conhecimento geográfico. Por fim, acredita-se estar contribuindo para mais do

¹ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Estadual de Londrina (UEL), Graduado em Geografia (Licenciatura) pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), vitor.colleto.santos@uel.br.

² Professora do Departamento de Geografia e Programa de Pós Graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Estadual de Londrina (UEL), Doutora em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP - Presidente Prudente), elotorres@uel.br.

³ Graduando do curso de Geografia (Licenciatura) na Universidade Estadual de Londrina (UEL), tiago.furioso19@uel.br.

⁴ Graduando do curso de Geografia (Licenciatura) na Universidade Estadual de Londrina (UEL), douglas.souza.piaui@uel.br.



que a adaptação, mas para a formação de professores de Geografia envolvidos no projeto, de modo que reconheçam a importância de diferentes adaptações e de proporcionar que todos possam ter a mesma experiência ao entrar em contato com o conhecimento por meio do lúdico.

Palavras-chave: vovó fofuxa; contação de histórias; educação inclusiva; tecnologias digitais.

REFERÊNCIAS

TORRES, E. C. **Vovó Fofuxa e seu baú de histórias**. Pará de Minas: VirtualBooks, 2024. 60 p.



ORGANIZAÇÃO DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NA UNIOESTE – CAMPUS TOLEDO.

Lilian Késia Muniz de Souza¹
Solange Franci Raimundo Yaegashi²

RESUMO

A educação é um direito fundamental da pessoa com deficiência, sendo dever do estado assegurar um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, bem como o acesso contínuo à aprendizagem, com vistas ao pleno desenvolvimento de suas habilidades e potencialidades (Brasil, 2015). Nesse cenário, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) no ensino superior configura-se como uma política essencial para assegurar o acesso, a permanência e a participação dos estudantes pertencentes ao público-alvo da educação especial. Este trabalho tem como objetivo apresentar a estrutura do AEE na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), campus de Toledo, destacando suas características, estratégias de atendimento e principais desafios. A pesquisa, de natureza qualitativa e caráter descritivo, baseou-se em análise documental, observação de práticas institucionais e registros coletados entre 2024 e 2025. Os dados foram obtidos por meio de documentos institucionais e das percepções da equipe pedagógica vinculada ao Programa Institucional de Ações Relativas às Pessoas com Necessidades Especiais (PEE). Os resultados apontam que, embora existam ações voltadas ao atendimento educacional especializado no campus, ainda não há um fluxo organizacional formalizado, como ocorre na educação básica. As atividades envolvem práticas pedagógicas inclusivas, uso de tecnologias assistivas, adaptação de materiais e acompanhamento dos estudantes em sala de aula e em atividades extraclasse. Entre os desafios, destacam-se a necessidade de ampliar a equipe multiprofissional, fortalecer a articulação entre os setores da universidade, formalizar protocolos institucionais

¹ Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Doutoranda em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (UEM), Docente do Atendimento Educacional Especializado da UNIOESTE, E-mail: lilian.souza2@unioeste.br.

² Universidade Estadual de Maringá (UEM), Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPE) e do Mestrado Profissional em Educação Inclusiva (PROFEI) da UEM, E-mail: solangefrey@gmail.com.



e garantir a presença de profissionais efetivos. Conclui-se que, apesar dos avanços na organização do AEE no campus de Toledo, é necessário consolidar institucionalmente o serviço, de modo a efetivar práticas inclusivas no ensino superior.

Palavras-chave: atendimento educacional especializado; inclusão; ensino superior; UNIOESTE; educação especial.

REFERÊNCIAS

UNIOESTE – UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ.

Resolução nº 209/2016, de 6 de outubro de 2016. Aprova o regulamento do programa institucional de ações relativas às pessoas com necessidades especiais (PEE) da Unioeste. Cascavel: Secretaria dos conselhos superiores, 2016.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 152, n. 127, p. 2, 2015.

PSICOLOGIA E INCLUSÃO: ADAPTAÇÃO DE TESTES PROJETIVOS PARA A DEFICIÊNCIA VISUAL

Julia de Grande Almeida¹
Mariana de Araújo Fregolente²
Maria Eduarda Fialho Roza³
Patrícia Silva Lucio⁴

RESUMO

O presente trabalho teve como ponto de partida a proposta inovadora de adaptar dois testes psicológicos projetivos — o Teste de Apercepção Temática (TAT) e o Teste Casa-Árvore-Pessoa (HTP) — para aplicação em pessoas com deficiência visual. Tal iniciativa se justifica pela escassez de instrumentos psicométricos validados e acessíveis a essa população, o que ainda constitui uma barreira à avaliação psicológica e compromete sua inclusão em práticas clínicas fundamentadas. Diante desse cenário, o objetivo do estudo foi investigar a viabilidade dessas adaptações e analisar sua funcionalidade em contextos reais de aplicação. A pesquisa foi realizada no Instituto Roberto Miranda, instituição especializada no atendimento a pessoas com deficiência visual. Para o HTP, utilizaram-se placas de EVA com dimensões de uma folha A4, sobrepostas para delimitação tátil do espaço gráfico, e massinha de modelar, permitindo a criação de representações em relevo. No caso do TAT, as lâminas foram adaptadas por meio da descrição verbal das imagens originais, preservando-se seus elementos centrais. Durante a aplicação, uma criança com autismo nível de suporte 2 e histórico de visão apresentou dificuldades de engajamento, inviabilizando a análise do HTP. Em contrapartida, um segundo participante, após instruções exemplificadas, construiu narrativas que evidenciaram aspectos de autonomia e relações familiares. Com base nessa experiência, as descrições foram reformuladas, tornando-se mais concisas, o que favoreceu a produção de respostas por um participante vidente. Embora os resultados do HTP não tenham sido plenamente analisados em função das

¹Universidade Estadual de Londrina, graduanda em psicologia, julia.grande.almeida@uel.br.

² Universidade Estadual de Londrina, graduanda em psicologia, mariana.araujo@uel.br.

³ Universidade Estadual de Londrina, graduanda em psicologia, maria.eduarda.fialho@uel.br.

⁴ Universidade Estadual de Londrina, Prof. Me. Dra. em psicologia, pslucio@uel.br.



particularidades do processo de desenho, a proposta de adaptação mostrou-se coerente e promissora. Já a adaptação do TAT revelou-se funcional, destacando-se como um recurso potencialmente eficaz na avaliação psicológica de pessoas com deficiência, e reforçando a importância do desenvolvimento de instrumentos inclusivos e de novas investigações na área.

Palavras-chave: adaptação; teste psicológico; teste projetivo; inclusão; deficiência visual.

REFERÊNCIAS

- OLIVEIRA, Cassandra Melo; NUNES, Carlos Henrique Sancineto da Silva. Instrumentos para avaliação psicológica de pessoas com deficiência visual: Tecnologias para desenvolvimento e adaptação. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, DF, v. 35, p. 886-899, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703001902013>. Acesso em: 4 ago. 2025.
- PINTO, Elza Rocha. Conceitos fundamentais dos métodos projetivos. **Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, jun. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1516-14982014000100009>. Acesso em: 4 ago. 2025.

**TUTORIA ENTRE PARES: EXPERIÊNCIA DE UMA UNIVERSIDADE
PÚBLICA FEDERAL NO ATENDIMENTO A ESTUDANTES COM
DEFICIÊNCIA**Cristiane Beatriz Dal Bosco Rezzadori¹Larissa Bassi Piconi²Ana Paula Ribeiro Rodrigues³Camila Harumi Sudo⁴**RESUMO**

A tutoria entre pares é uma iniciativa profícua de apoio à permanência de estudantes com deficiência no ensino superior. Este trabalho objetiva avaliar um projeto de tutoria entre pares para o atendimento de estudantes com deficiência e altas habilidades/superdotação da UTFPR - Londrina, entre junho de 2024 e fevereiro de 2025. O projeto envolveu a seleção e supervisão de uma discente bolsista para a realização de sessões de atendimento individuais, estudos assistidos e rodas de conversa com estudantes acompanhados pelo Núcleo de Acessibilidade e Inclusão da instituição, com posterior avaliação do projeto pelos envolvidos. Inicialmente, eles foram convidados para um encontro de apresentação e levantamento de temas de interesse. Foram realizadas 18 sessões individuais, 14 de estudo assistido e 5 rodas de conversa. Ao todo, participaram 10 estudantes. As tutorias individuais contemplaram auxílio em matrículas e organização de rotina de estudo; os estudos assistidos envolveram a discussão de conteúdos acadêmicos e suporte no desenvolvimento de repertórios de aprendizagem; nas rodas de conversa discutiram-se temas como autorregulação da aprendizagem, procrastinação, habilidades sociais e identidade universitária. Os resultados mostraram benefícios das sessões individuais no atendimento de dúvidas compartilhadas no cotidiano acadêmico e, para as quais, os participantes relataram não encontrar suporte de outros

¹ Universidade Tecnológica Federal do Paraná - Campus Londrina, Doutora em Ensino de Ciências e Educação Matemática, Docente do Departamento Acadêmico de Química, crezzadori@utfpr.edu.br.

² Universidade Tecnológica Federal do Paraná - Campus Londrina, Doutora em Estudos da Linguagem, Técnica em Assuntos Educacionais do Núcleo de Ensino, larypiconi@utfpr.edu.br.

³ Universidade Tecnológica Federal do Paraná - Campus Londrina, Acadêmica do curso de Engenharia Química, anarod@alunos.utfpr.edu.br.

⁴ Universidade Tecnológica Federal do Paraná - Campus Londrina, Doutoranda em Educação, Psicóloga do Núcleo de Ensino, camilasudo@utfpr.edu.br.



colegas; necessidade de inclusão de outros colegas de turma nos estudos assistidos; criação de vínculos entre os participantes que avaliaram as rodas de conversa como espaço diferenciado para compartilhar experiências não só como pessoa com deficiência, mas como universitários, destacando-se as estratégias gamificadas como fomentadoras das falas. Os participantes relataram melhor aproveitamento nas disciplinas e maior participação em outras atividades do Núcleo. Conclui-se que os resultados se alinham àqueles que destacam o vínculo entre estudantes como central para o desenvolvimento de aspectos afetivos, sociais e acadêmicos e que programas dessa natureza configuram-se como estratégias institucionais que merecem mais investigações.

Palavras-chave: aprendizagem entre pares; ensino superior; educação especial.

REFERÊNCIAS

FERNANDES, Woquiton; COSTA, Carolina Severino Lopes da. Possibilidades da tutoria de pares para estudantes com deficiência visual no ensino técnico e superior. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Corumbá, v. 21, n. 1, p. 39-56, jan. 2015. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbee/a/NdbbF87fYFSTdrRwwLB8hWP/abstract/?lang=pt>.

Acesso em: 6 ago. 2025.

MATTOS, Hellen Cristina Xavier da Silva; FERNANDES, Maria Cristina da Sileira Galan. Tutoria entre pares: uma prática educativa aliada à permanência universitária. **Revista Eletrônica de Educação**, São Carlos, v. 17, p. e5018060, jan./dez. 2023. Disponível em:

<https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/5018>. Acesso em:

6 ago. 2025.

PAIVA, Juliana Cavalcante Marinho; GESSER, Marivete. Acesso e permanência de pessoas com deficiência no ensino superior: participação na academia científica como forma de ativismo político. **Revista Educação e Políticas em Debate**, Uberlândia, v. 12, n. 3, p. 1117-1131, 2023. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/68502>.

Acesso em: 6 ago. 2025.



SANTOS, Tatiani dos; MENDES, Enicéia Gonçalves. O efeito da tutoria de colegas sobre o desempenho de alunos com deficiência em classes inclusivas. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, n. 32, p. 211-224, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/9> . Acesso em: 6 ago. 2025.



INCLUSIVAMENTE: UNIVERSITÁRIOS AUTISTAS EM GRUPO.

Nicolle Teodoro de Souza¹
Ingrid C. Ausec
Sílvia C. Murari
Maria Clara de Freitas²
Pamella G. G. Souza

RESUMO:

No contexto acadêmico, os desafios enfrentados por alunos autistas envolvem questões de convivência social, exigências de comunicação e normas implícitas que podem se tornar fonte de desconforto. Diante disso, em 2023, o Núcleo de Acessibilidade da Universidade Estadual de Londrina (NAC-UEL), em parceria com o Departamento de Psicologia Geral e Análise do Comportamento (PGAC-UEL), com o objetivo de ampliar os atendimentos aos universitários autistas da UEL, criou o projeto “Inclusivamente”, um grupo de apoio e desenvolvimento pessoal em relação a habilidades sociais e vida universitária. Conduzido por 5 estagiários do PGAC, sendo 2 discentes do 4º ano e 3 discentes do 5º ano, e uma estagiária em docência, ambos vinculados ao NAC. Os encontros ocorrem quinzenalmente e são baseados em conceitos e definições da Análise do Comportamento, além de fenômenos relacionados à vida social e acadêmica. São realizadas intervenções voltadas para os desafios identificados pelos estudantes, com o uso de materiais da literatura (principalmente PEERS e PROMOVE), dinâmicas e discussões em grupo. Em seu terceiro ano consecutivo, o grupo está em andamento, com a participação de 5 a 7 alunos semanalmente, sendo previstos 12 encontros. Conduzem os encontros cinco estagiários de Psicologia do NAC e/ou do PGAC, de 4º e 5º ano. A definição dos temas abordados foi realizada com base em uma análise inicial dos interesses dos participantes, incluindo tópicos como: autismo: vivências e masking, regulação emocional e autocontrole, comportamentos passivos, agressivos e assertivos, iniciar, manter e encerrar conversas, fazer e responder perguntas, trabalhar em equipe e como falar em público e apresentar seminários,

¹ Universidade Estadual de Londrina, Estudante de Psicologia, nicolle.teodoro@hotmail.com.

² (clarafreitas@uel.br).



relacionamentos amorosos e sociais e o indivíduo autista dentro do espaço acadêmico. Dessa forma, assim como nos anos anteriores, espera-se que o grupo traga resultados positivos para a vivência universitária dos alunos autistas, além de funcionar como um espaço de acolhimento, troca de experiências e como um elo para a construção de novos projetos de apoio à inclusão no ensino superior público.

Palavras-chave: autismo; habilidades sociais; ensino superior

REFERÊNCIAS

LAUGESON, Elizabeth A. **PEERS® for Young Adults**: Social Skills Training for Adults with Autism Spectrum Disorder and Other Social Challenges. New York: Routledge, 2017.

BOLSONI-SILVA, Alessandra T.; FOGAÇA, Fabiane Ferraz Silveira; MARTINS, Carla Giovanna Belej; TANAKA, Tatiana Fujisaka. **Promove – universitários**: treinamento de habilidades sociais: guia teórico e prático. São Paulo: Hogrefe, 2020.